



ESTUDOS DA LINGUAGEM E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES

Maria Cristina Giorgi¹

Liana de Andrade Biar²

Roberto Carlos da Silva Borges³

Resumo: Nas últimas décadas, diferentes modos de análise de discurso têm se apresentado às ciências sociais e aos estudos da linguagem como possibilidade teórica e metodológica de se gerar entendimentos sobre instituições, grupos sociais e identidades sociais. O presente artigo objetiva refletir acerca das contribuições que tais estudos vêm oferecendo para a compreensão de questões contemporâneas, propondo, ainda, alguns caminhos a partir dos quais especificamente as questões étnico-raciais podem ser compreendidas em uma empreitada discursiva de pesquisa. Para tal, revisaremos especificamente a análise do discurso enunciativa (Rocha e Deusdará, 2006; Rocha, 2006), a análise crítica do discurso (Fairclough, 1999; 2001; van Dijk, 2008) e a sociolinguística interacional, com seus desdobramentos nas abordagens intercultural (Gumperz, 1982), dos estigmas sociais (Goffman, 1988) e da análise de narrativa (Bastos, 2008; Bastos e Biar, 2015). O enfoque desta revisão recai sobre os diferentes pressupostos teóricos, caminhos metodológicos, potenciais e limitações de análise das abordagens.

Palavras- chave: estudos da linguagem; ciências sociais; questões étnico-raciais.

LANGUAGE STUDIES AND ETHNIC-RACIAL ISSUES: CONTRIBUTIONS AND LIMITATIONS

Abstract: In the last decades, have been presented different modes of discourse analysis to the social sciences and language studies as a theoretical and methodological possibility to generate understandings of institutions, social groups and social identities. This article aims to reflect about the contributions that such studies have been offering for understanding of contemporary issues, proposing, also, some paths from which specifically ethno-racial issues may be understood in a discursive journey of research. For such, we will review specifically the analysis of enunciative speech (Rocha and Deusdará, 2006; Rocha, 2006), the critical discourse analysis (Fairclough, 1999; 2001; van Dijk, 2008) and interactional sociolinguistics, with its ramifications in intercultural approaches (Gumperz, 1982), the social stigma (Goffman, 1988) and narrative analysis (Bastos, 2008; Bastos and Biar, 2015). The focus of this review lies on the different theoretical assumptions, methodological ways, potential and limitations of approaches's analysis.

Keywords: language studies; social sciences; ethnic and racial issues

ÉTUDES DE LA LANGAGE DES ET QUESTIONS ETHNIQUE ET RACIAUX: CONTRIBUTION ET LIMITES

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ.



Résumé: Au cours des dernières décennies, différents modes de l'analyse du discours ont été présentés aux sciences sociales et des études langage comment possibilité théorique et méthodologique de générer la compréhension sur des institutions, des groupes sociaux et des identités sociales. Cet article vise à réfléchir sur les contributions que tels études ont été offrande pour comprendre les questions contemporaines, en proposant, encore, des chemins à partir desquelles spécifiquement les questions ethno-raciales peuvent être comprises dans un travail discursif de recherche. À cette fin, examinant spécifiquement l'analyse des discours énonciative (Rocha et Deusdará, 2006; Rocha, 2006), l'analyse critique du discours (Fairclough, 1999; 2001; van Dijk, 2008) et sociolinguistique interactionnelle, avec ses développements dans les approches interculturelles (Gumperz, 1982), la stigmatisation sociale (Goffman, 1988) et de l'analyse narrative (Bastos, 2008; Bastos et Biar, 2015). L'objectif de cet examen réside dans les différentes hypothèses théoriques, des approches méthodologiques, le potentiel et les limites des approches.

Mots clés: études de langage; sciences sociales; questions ethno-raciales

ESTUDIOS DE LENGUAJE Y CUESTIONES ÉTNICO-RACIALES: CONTRIBUCIONES Y LÍMITES

Resumen: En las últimas décadas, diferentes modos de análisis de discurso viene presentándose a las ciencias sociales y a los estudios de lenguaje como posibilidad teórica y metodológica generando entendimientos sobre instituciones, grupos sociales e identidades sociales. El presente artículo objetiva reflejar acerca de las contribuciones que tales estudios ofrecen para la comprensión de cuestiones contemporáneas, proponiendo, aún, algunos caminos a partir de los cuales específicamente las cuestiones étnico-raciales pueden ser comprendidas en una metodología discursiva de pesquisa. Para tanto, revisaremos específicamente el análisis de discurso enunciativa (Rocha y Deusdará, 2006; Rocha, 2006), la análisis crítica del discurso (Fairclough, 1999; 2001; van Dijk, 2008) y la sociolingüística interaccional, con sus desdoblamientos en los abordajes interculturales (Gumperz, 1982), de los estigmas sociales (Goffman, 1988) y de análisis de la narrativa (Bastos, 2008; Bastos e Biar, 2015). El enfoque de esta revisión recae sobre los diferentes presupuestos teóricos, caminos metodológicos, potenciales e limitaciones de análisis de los abordajes.

Palabras-clave: estudios de lenguaje; ciencias sociales; cuestiones étnico-raciales.

INTRODUÇÃO

Atualmente há um número cada vez maior de pesquisas que se constituem desde o viés dos estudos do discurso. Essas apresentam limites de campo heterogêneos, nos quais convivem abordagens diversas e, evidentemente, tal multiplicidade pressupõe discordâncias e conflitos, além de diversidade conceitual, epistemológica e metodológica. No presente artigo, mapeamos algumas dessas abordagens, escolhendo, contudo, tratar de aplicações que aproximam a análise do discurso enunciativa, a análise crítica do discurso e a sociolinguística interaccional. Tal mapeamento está sublinhado pelo interesse em oferecer ao leitor, especialmente os ainda não-



familiarizados com abordagens discursivas, caminhos de pesquisa privilegiados para se discutir as questões étnico-raciais.

Em termos das suas convergências, os estudos aqui apresentados têm em comum a prática interpretativa que não dissocia o elemento linguístico do extralinguístico como construtores de sentido no discurso, a tomada da linguagem como ação sobre o mundo e a consideração dessa linguagem como prática social, e não como sistema, estrutura isolada. Sobretudo, em todas as abordagens presentes neste artigo, o discurso é visto como um fenômeno político.

Desse modo, compreendemos que os estudos do discurso constituem-se como instrumento eficaz para a desnaturalização dos sentidos estabilizados sobre o racismo, entendido aqui como um fenômeno estrutural (e ideológico) de nossa sociedade. Ao se falar de racismo, é importante ressaltarmos que o conceito de “raça” não tem legitimidade científica e é biologicamente inoperante. Este conceito só pode ter sentido a partir das relações interpessoais. “Raça”, então,

é uma construção política e social e é uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico de exploração e exclusão - ou seja, o racismo. (...) Em um sistema racista, portanto, a exclusão ligada a características biológicas sobre as quais não se tem controle – é vista como algo natural (Hall, 2006, p. 67).

Por entendermos o racismo como uma categoria discursiva e como base das relações étnico-raciais, cujos fundamentos podem ser encontrados em tensões e preconceitos que salientam estereótipos, a relação indissociável entre discurso e sociedade é o que impulsiona a criação deste dossiê, que tem como ponto de partida a análise da produção e da co-construção de sentidos nos contextos de onde emergem, e como ponto de chegada a oferta de alguma visibilidade a construções alternativas obliteradas por diferentes relações de poder e dominação.

ANÁLISE DE DISCURSO DE BASE ENUNCIATIVA

A opção pelo olhar da análise do discurso enunciativa (AD) aponta para um modo de apreensão da linguagem cujo objetivo seria “situar os discursos que circulam em dadas formações sociais e relacioná-los a suas condições de produção” (Daher, 2009) vinculadas a um modo de conceber a língua em seu funcionamento. Ou seja, é



por meio da circulação de discurso e da ação de sujeitos que se compreende a língua, sendo a construção de sentidos, inevitavelmente, perpassada por processos linguísticos e ideológicos por meio dos quais se sabe o que pode e não pode, deve e não deve ser dito em cada situação. Assim,

cada grupo se estabelece, então, a partir da regularidade dos sentidos que nele circulam e na ênfase que a eles é dada. Em contrapartida, é necessário que outros sentidos circulem em outros grupos, para que cada grupo se identifique com e/ou se oponha a cada grupo (Giorgi, 2009, p. 49).

Por sua própria constituição, a AD é uma opção para aqueles que pretendem trilhar caminhos que se aproximam de outras áreas do saber, ora da enunciação, ora da psicanálise, ora da história – visto que busca, desde seu surgimento, apontar na Linguística questões que se dão desde o deslocamento de conceitos de língua, historicidade e sujeito não levados em conta até então (Giorgi, 2009).

Conforme Rocha e Deusdará (2006), a AD se opõe às análises que têm como base uma concepção de linguagem em que a produção de sentido se refere apenas a uma realidade dada a priori, e cujas análises buscam desvelar um sentido profundo e estável anteriormente estabelecido pelo emissor já no ato de produção do texto. Segundo os autores,

a problemática da discursividade surgida com as contribuições da Análise do Discurso propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico. A Análise do Discurso, portanto, pretende não instituir uma “nova linguística”, mas consolidar uma alternativa de análise, mesmo que marginal, à perspectiva “tradicional”. Um alargamento teórico, uma possibilidade outra, originada de um olhar diferenciado que se lança sobre as práticas languageiras (Rocha e Deusdará, 2006, p. 308).

Os autores propõem ainda algumas conclusões com as quais dialogamos a seguir no intuito de deixar mais claras as contribuições da AD para aqueles pesquisadores que, segundo as palavras de Rocha e Deusdará, se veem como agentes participantes de uma determinada ordem, que contribui para a construção de articulação entre linguagem e sociedade e que realizam pesquisas cujo objetivo é analisar em que perspectivas se constrói a relação social de poder no plano discursivo (Rocha e Deusdará, 2006, p. 321).



A esse ponto faz-se necessário explicitar que entendemos discurso como produção textual e produção de uma comunidade que não podemos pretender que seja uma simples representação do mundo, mesmo porque “o discurso não pode simplesmente representá-lo porque ele não está distanciado do mundo, ou seja, ele também participa desse mundo” (Rocha, 2014, p. 624). Ainda que, como afirma o linguista, devemos

assumir, que a linguagem tem, sim, algum poder de representação, mas o mundo já não coincidiria exatamente com a representação desse mundo por intermédio da linguagem, uma vez que, ao fazer referência a esse mundo, a linguagem congela o tempo, altera distâncias, oferecendo-nos um retrato – sempre parcial – de um dado momento, o retrato de uma realidade passada e/ou de uma nova paisagem que não coincide com as coordenadas geográficas de tudo o que pode ser verificado no “mundo ao vivo” (Rocha, 2014, p. 624).

Nos interessam particularmente, então, essa articulação proposta por Rocha, por meio da qual a atividade de representação é um processo de “invenção”, “intervenção no mundo”. Esse olhar diferenciado sobre o modo como os sentidos se constroem não só possibilita, mas praticamente nos impõe um diálogo com questões contemporâneas. Desse modo, no que tange especificamente às questões étnico-raciais, mais relevante se faz esse diálogo quando se coloca em pauta que os enunciados só são produzidos por um sujeito no momento em que esse atua em situações sociais, dado que é nessas situações que se assume a condição de sujeito. Fazemos parte de uma sociedade na qual brancos e negros ainda ocupam lugares discursivos distintos, são sujeitos que têm relações diversas com os lugares dos quais enunciam, o que se materializa diretamente em seus enunciados. Numa sociedade em que sabidamente o racismo determina lugares de subordinação às pessoas negras, os sentidos não podem ser dissociados das relações com os lugares nos quais esses sujeitos estão inseridos, nem da produção de efeitos de sentido, que se materializa por meio de sujeitos sociais historicamente situados.

As contribuições das pesquisas nessa área específica vêm sendo análises que buscam marcas de alteridade em textos midiáticos, didáticos, religiosos, dentre outros, buscando ora identificar o apagamento do negro – no singular, porque sim, o negro é em geral apresentado de forma coletiva e não individualizada –, ora (des) (re)construir perfil(is) a ele atribuídos ou não.

Nesse sentido, podemos citar alguns exemplos de trabalhos desenvolvidos com base na AD, no âmbito do Programa de Relações Étnico-Raciais do CEFET-RJ: (i) a pesquisa de



Baptista (2014), que pretende identificar o perfil de negro construído em duas cartilhas produzidas na Igreja Católica visando discutir a constituição da Pastoral Afro-Brasileira, desde os conceitos de heterogeneidade discursiva (1982) e de dialogismo (Bakhtin, 1929, 1979); (ii) o trabalho de Frutuoso (2015) que reflete, por meio da de uma análise macro, acerca do apagamento das questões raciais em livro didático de Filosofia aprovado pelo PNLD; (iii) a dissertação de Paiva (2015), que discute o modo como o jornal Folha de S. Paulo constrói discursivamente o processo de suspeição da pessoa negra em suas notícias a partir da categoria de discurso relatado (Sant'Anna, 2000).

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Campo dos estudos do discurso que se desenvolveu a partir dos anos 1980 na Inglaterra, a análise crítica do discurso (ACD) tem como objetivo investigar a linguagem como prática social desde o contexto. Seu foco é a relação existente entre a linguagem e ação política e para isso foi necessário aliar os estudos sobre recursos linguístico-discursivos ao pensamento social e político contemporâneo. Desse modo, como afirma Wodak, a ACD é uma disciplina cujas análises visam relações de dominação, discriminação, poder e controle materializadas por meio da linguagem (Wodak, 2003). Sendo assim, a linguagem se coloca como espaço de dominação e de força social, que legitima as relações de poder estabelecidas institucionalmente. Ainda segundo a autora, interessa à análise crítica do discurso estudar as

relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso) (Wodak, 2004, p. 225).

As articulações entre as questões étnico-raciais e as contribuições da ACD tornam-se bastante claras se entendermos a segunda como Melo:

um estudo de oposição às estruturas e às estratégias do discurso das elites ... apresentado como um instrumental teórico para a análise das práticas discursivas que constroem as várias ordens sociais vigentes e como uma forma de investigação das formações discursivas que engendram as relações de poder,



as representações e identidades sociais e os sistemas de conhecimento e crença (Melo, 2009, p. 9).

Segundo Fairclough, um dos principais pensadores dessa vertente, são inegáveis as relações entre língua e sociedade, e enquanto os efeitos constitutivos do discurso contribuem para a construção de identidades e relações sociais, posições de sujeito, sistemas de conhecimento e crenças, a constituição discursiva da sociedade, longe de acontecer de forma livre e individual se dá desde uma prática social enraizada em estruturas sociais materiais concretas para as quais se orienta (Fairclough, 2008 *apud* Amaral e Carvalho, 2013). Uma diferença em relação à análise de discurso de base enunciativa é a ênfase proposta pela ACD no potencial de transformação social do discurso, patente na ideia de que as práticas discursivas reproduzem relações de poder e dominação, mas também as transformam. A abordagem crítica também analisa “as possibilidades de resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais” (Wodak, 2004, p. 226).

No âmbito da ACD, tornaram-se proeminentes não apenas questões de classe, mas análises sobre identidades sociais contemporâneas, especialmente sobre gênero social e racismo, em discursos midiáticos e de esferas de poder. Em *corpora* formados a partir desses elementos, interessa aos analistas críticos problematizar a falácia da neutralidade, do interesse público, dos posicionamentos descomprometidos. Os modelos de análise propostos por Fairclough (1992) e Chouliaraki e Fairclough (1999) se preocupam em separar dimensões sociais, discursivas e textuais do problema sob escrutínio do pesquisador e, comprometem-se com a proposição de modos de enfrentar os obstáculos, superando as relações assimétricas instauradas e naturalizadas no discurso hegemônico.

Teun van Dijk, que reelaborou o sentido de contexto a partir de uma perspectiva sócio-cognitiva, além de falar da relação discurso e poder – fundamental quando se fala de racismo –, trata especificamente desse tema pelo menos desde o fim dos anos 80. Para o linguista (2014), a maioria dos estudos sobre o racismo tem como foco a desigualdade econômica ou o preconceito étnico-racial, que, de acordo com ele, não dão conta da multiplicidade de suas raízes nem dos processos que o reproduzem cotidianamente. Ainda segundo o autor, o colonialismo e a dominação nas diversas formas em que é exercida pela elite se conectam a um processo de aprendizagem que reforça essa dominação. Ou seja, “as pessoas aprendem a ser racistas com seus pais,



seus pares (que também aprendem com seus pais), na escola, com a comunicação de massa, do mesmo modo que com a observação diária e a interação nas sociedades multiétnicas” (van Dijk, 2014, p. 15). E esse processo se constrói discursivamente por meio daquilo que se conta, se conversa, se lê, se ouve:

a maior parte do que os grupos dominantes brancos “sabem” ou acreditam sobre a etnia dos Outros foi, portanto, formulada, mais ou menos explicitamente, em inúmeras conversações, histórias, reportagens de jornais, livros didáticos e discurso político. É também sobre essa base que as pessoas formam suas próprias opiniões e atitudes, e, a menos que haja boas razões para desviar do consenso do grupo, a maior parte dos membros reproduzirá o *status quo* étnico e adquirirá as ideologias dominantes que os legitime (van Dijk, 2014, p. 15).

O autor desenvolveu um projeto recente que resultou em uma coletânea de textos que discutem o racismo em oito países da América Latina, ainda que, segundo o autor, haja uma insistência em escondê-lo sob a égide da pobreza ou das desigualdades sociais em lugar de tratá-lo criticamente. Os referidos trabalhos debruçam-se sobre situações de racismo na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Peru e Venezuela, sendo as discussões centradas em formas do discurso público influente, especialmente das elites, que o autor denomina simbólicas. Elites essas que controlam a opinião pública e, como consequência, as ideologias do público em geral: os políticos, pesquisadores, jornalistas, professores, escritores dentre outros (van Dijk, 2014, p. 15).

A SOCIOLINGUÍSTICA INTERACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

A sociolinguística interacional (SI) é uma área de estudos discursivos dedicada especialmente à fala em interação, isto é, a encontros face a face, sustentados por duas ou mais pessoas, em contextos espontâneos ou institucionais. De modo diferente das duas outras teorias discursivas apresentadas neste artigo, esta é uma área que olha, não exclusivamente, mas fundamentalmente, para o discurso oral e para a produção conjunta e síncrona desse discurso, entendendo que entidades abstratas como cultura, sociedade e ideologias se constroem nas interações, pelas ações verbais e não-verbais que os atores sociais desempenham sequencialmente em cada uma das situações em que eles se engajam cotidianamente. Elege-se, portanto, o domínio “micro” como objeto pesquisável.



O campo se formou especialmente a partir dos trabalhos de Goffman (1964) e Gumperz (1982), combinando tradições de pesquisa provenientes da pragmática clássica, da etnometodologia e da sociologia interacionista, e buscando evidenciar a relação entre linguagem, sociedade, cultura e indivíduo (Schiffrin, 1994).

Os que se filiam a essa abordagem estarão, assim, envolvidos na análise de gravações e transcrições de interações em contextos sociais específicos, tais como consultórios, delegacias, transações comerciais, aulas ou conversas cotidianas, em busca dos significados co-construídos situadamente pelos participantes. Nessas análises, poderão constituir-se como interesses tanto os problemas comunicativos típicos, por exemplo, do cruzamento entre culturas ou classes/papéis sociais (Gumperz, 1982), quanto o comportamento social e as estratégias interacionais presentes nos vários quadros na vida social (Goffman, 1964 entre outros), inclusive os processos de rotulação e as reações a esta, como se verá adiante. Contemporaneamente, muitas pesquisas em SI observam a construção de posições e identidades sociais e relações de poder entre grupos.

A influência da pragmática e dos estudos sobre cruzamentos culturais na abordagem interacionista dá-se, especialmente, a partir de Gumperz (1982; 1999). Para o autor, estrutura e compreensão da linguagem em uso são social e culturalmente determinados. De acordo com Gumperz, conhecimento gramatical e certos conhecimentos de natureza cultural e interacional se articulam para permitir atividades situadas intersubjetivas de interpretação e inferência (cf. Schiffrin, 1994, p. 311-15). Isso significa que elementos linguísticos e paralinguísticos presentes na fala cotidiana, a que o autor denomina “pistas de contextualização”, são os responsáveis por associar a dimensão locucional do discurso (o que é dito) ao seu conteúdo ilocucional (as intenções comunicativas que ficam no nível do não-dito). “Pistas” como entoação, ritmo, expressões pré-formuladas, escolhas lexicais e sintáticas e demais semioses não-verbais são ativamente selecionadas pelos interlocutores para construir sentido sobre o que eles dizem e fazem, e o grau de partilhamento do conhecimento das funções sociais e culturais desses elementos determina o sucesso ou o fracasso da comunicação.

As pistas de contextualização são definidas por Gumperz (2002, p. 100) como sinalizações que permitem interpretações. Por parte de certos grupos culturais, especificadas em um contexto, direcionando o modo como as mensagens são entendidas. Nas palavras do autor,



grosso modo, as pistas de contextualização são todos os traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais (...) [cujo] valor sinalizador depende do reconhecimento tácito desse significado por parte dos participantes (Gumperz, 2002, p. 152-3).

Além de destacar o valor das pistas de contextualização para a comunicação cotidiana, o trabalho de Gumperz lança foco sobre o que acontece quando um ouvinte não reage da maneira esperada a essas pistas, ou não reconhece suas funções: os mal-entendidos, frutos de falta de “sincronia conversacional” (Gumperz, 2002). Um breve exemplo de seu trabalho, problematizador das relações comunicativas étnico-raciais, é fornecido pelo próprio autor: em uma aula filmada em uma classe de alfabetização nos Estados Unidos, a professora branca de uma turma multirracial pede ao aluno negro James que leia uma palavra escrita no quadro. Ao pedido, James responde algo como “num quero ler” (“I don’t wanna read”) e, na sequência, outro aluno – dessa vez um aluno branco – conclui a atividade.

Munido dessa gravação, Gumperz pede que dois grupos de informantes, um formado por pessoas negras daquela mesma comunidade e outro formado por pessoas brancas, interpretem a metamensagem inferível a partir do “num quero ler” enunciado por James. Interessantemente, enquanto o grupo composto por informantes brancos atribuiu à frase o significado de que a criança não estava querendo colaborar, o grupo de informantes negros interpretou a afirmação do aluno como um pedido indireto de encorajamento, algo como “eu sei ler, mas gostaria que você insistisse um pouco mais”. Ainda para esse último grupo, se a criança estivesse de fato se recusando a participar da atividade, teria selecionado e enfatizado a forma “want” (quero). Seria, então, um contorno entonacional – uma pista de contextualização – o responsável pela divergência interpretativa.⁴ O mesmo padrão pôde ser encontrado em outras interações na mesma sala de aula.

O que poderia parecer um experimento simples para comprovar a tese de Gumperz sobre pistas de contextualização revela, no entanto, um fator altamente impactante para o desinteresse e fracasso escolar de crianças negras. As “dificuldades” de interpretação por parte da professora, no mínimo, podem afetar suas avaliações sobre

⁴ Maiores detalhes sobre o trabalho aqui referido, bem como a transcrição da interação, fundamental para o embasamento da análise, mas suprimida para os fins deste breve resumo, pode ser encontrado em Gumperz (2002).



o desempenho escolar de James, o que, por sua vez, como uma profecia autorrealizável, interferirá de fato no desempenho do aluno.

Na esteira da sociologia interacionista, e com desenvolvimentos produtivos para se pensar questões étnico-raciais, o trabalho de Erving Goffman oferece ferramentas analíticas para se entender os modos com os quais as pessoas atribuem valor simbólico ao que é dito e feito nos encontros sociais, desde sua organização até os modos de se sinalizar e interpretar significados para os eventos e para as identidades neles projetadas.

Um dos principais interesses de Goffman (1988) recai sobre os encontros sociais que envolvem pessoas estigmatizadas e não-estigmatizadas, os chamados “contatos mistos”. Para o autor, tais encontros se definem por uma espécie de confronto entre as expectativas projetadas em uma interação quando um dos participantes, por alguma razão moral ou “marca” visível, não está habilitado para a aprovação social, ou seja, quando um dos participantes projeta, voluntária ou involuntariamente, uma *diferença*, uma informação (física, biográfica, comportamental, etc) tomada como negativa por seus pares. Nas palavras do autor:

o termo estigma será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso (Goffman, 1988, p. 13).

A mera presença de um traço estigmatizante, cujo julgamento social, vale ressaltar, é sempre relativo, provisório e culturalmente determinado, se sobreporia à atenção dos participantes do encontro social, desestabilizando o contato face-a-face, gerando rupturas, ou, mais comumente, demandando dos atores sociais estratégias de gerenciamento ou invisibilização do conflito. Para Goffman, é justamente nesse tipo de encontro que se pode observar uma das cenas mais significativas da vida social: um par fundado na diferença precisa estabelecer uma relação e enfrentar o desequilíbrio provocado pela projeção de um estigma.

Goffman chama de “trabalho de face” o manejo ou resistência ao estigma realizado no momento de sua negociação interacional (Goffman, 2011; Biar, 2015). A partir do olhar para essa categoria de análise, o pesquisador interessado em encontros marcados pelo estigma étnico-racial pode observar e compreender as marcas e



construções discursivas dessa condição. Estratégias como hesitações, desvio de olhar, eufemismos, elipses, adiamentos e generalizações, quando usados em conversas face a face, podem estar a serviço de dissimular os desconfortos do contato misto, entregando ao interlocutor o cumprimento de uma espécie de obrigação social para com a imagem positiva (não-estigmatizada) que ele reivindica para si mesmos. Por sua vez, aquele a quem inicialmente se aplicaria um estigma precisa, conforme já se disse, engajar-se em um esforço de desconstrução dos signos estigmatizantes, a partir de mecanismos de simulação, amenização ou ressignificação de uma marca resultante da quebra de demandas expressivas do encontro. Estudos como esses contribuem para o entendimento de como a linguagem (des)constrói as tensões interacionais (Biar, 2015).

Ainda em perspectiva interacional, outra categoria de análise produtiva para os estudos discursivos sobre a vida social em geral e as identidades e estereótipos em particular é a narrativa oral. O discurso narrativo estrutura e ordena a experiência humana de modo ativo e interpretativo. Em resumo, contar uma história significa recriar, dar lugar, sequência e sentido a eventos, pessoas e outros elementos que não se definem por si mesmos em um alegado mundo real, mas que ganham contorno e coerência no próprio universo narrativo (Bastos e Biar, 2015). Assim, as narrativas constituem-se como uma poderosa atividade de construção de sentido sobre si, sobre o outro e sobre as experiências narradas.

Dois fatores que precisam ser levados em conta acerca dos estudos narrativos são (i) o fato de as histórias terem sempre uma dimensão interacional, isto é, são co-construídas na fala em interação e (ii) o encadeamento dos eventos narrados está sempre em função de propósitos comunicativos locais e também de cânones e expectativas culturais.

Pioneiramente, os estudos de Labov e Waletzky (1968) e Labov (1972) inauguraram a pesquisa sobre narrativas orais, definindo como requisito básico de sua definição a presença de pelo menos duas orações no passado ordenadas temporalmente, além da referência a um evento extraordinário. Em outras palavras, uma narrativa deve tratar de episódios passados e ser reportável, ou seja, apresentar uma razão clara para ser contada. Os autores ainda identificam a estrutura narrativa a partir de propriedades bem delimitadas, que associam sequências verbais a sequências cronológicas de eventos. O conhecido modelo canônico laboviano descreve, então, os principais



elementos sintáticos dessa ordenação: sumário, orientação, ação complicadora, resolução, coda e avaliações.

Para além, no entanto, de meramente identificar estruturalmente as narrativas que emergem na fala em interação, certos estudos interpretativos que se debruçam sobre essa forma discursiva, como já se adiantou, podem ser úteis para estudos da vida em sociedade. Embora não seja objetivo deste artigo aprofundar a discussão sobre os campos aqui apresentados, um breve exemplo poderá ilustrar algumas das potencialidades da análise de narrativa.

Estudos como os de Linde (1993) abordam o que se convencionou chamar de “coerência na narrativa”, isto é, o modo como os eventos contados nas histórias se relacionam a partir de mecanismos sequenciação (ordenamento temporal dos eventos narrados) e causalidade (relações de causa e efeito entre os eventos narrados). De acordo com a autora, a sequencialidade e as causalidades presentes em uma história não são transparentes em relação a uma ordem do real – aliás, os estudiosos da narrativa quase nunca estão preocupados com o que *realmente* aconteceu –, mas ao que é aceito local e culturalmente. Nessa recriação, os narradores e seus interlocutores operam com certos esquemas de referência que se apoiam no senso comum (“um bandido é alguém que nasceu com um instinto violento ou um desvio de caráter”), ou em simplificações de teorias especializadas (marxismo, psicanálise, astrologia, meritocracia, etc). Esses esquemas funcionam como “sistemas de coerência” (Linde, 1993), que autorizam as relações estabelecidas entre os fatos narrados. Nas palavras de Biar:

em narrativas de história de vida sobre, por exemplo, adesão ao tráfico de drogas, saída do armário, entrada para prostituição, dentre outras, se negociam explicações para o extraordinário [dessas] quebras de expectativas, ancoradas em sistemas de coerência que tornam essas experiências compreensíveis ou aceitáveis dentro de um quadro de referência maior (Biar, 2015, p. 9).

O trabalho de Vitoriano (2015), a partir de entrevistas com professores lotados em uma instituição socioeducativa fluminense para menores em conflito com a lei – como se sabe, majoritariamente meninos negros e pobres –, fornece um exemplo concreto:



Excerto 1. “Então a gente acredita que esse cara veio com um genzinho da bondade”⁵

João: Por exemplo, aqui nós tivemos um aluno que ele perdeu esses dois dedos, né, ele era conheci- era tido aqui como mãozinha. Como ele perdeu esses dedos? Ele foi jogar uma granada na polícia, e a granada estourou na mão dele, sorte dele que ele só perdeu esses dois dedos. Ele saiu daqui, quando ele chegou aqui o comportamento dele era completamente diferente, ele, conversando comigo, ele disse assim “Professor, eu tava vendo meu pai, minha mãe e meus irmãos passando fome, então eu fui: mas eu JAMAIS quero saber dessa vida de novo”. E ele realmente não voltou mais.

E ele morava numa situação assim, uma comunidade muito difícil, mui::to carente tomada realmente pelo banditismo, mas ele, ele realmente falou pra gente “eu-não-vou-voltar-para-cá, eu, foi o meu desespero, mas eu vi que o meu desespero não adiantou de nada e ainda me deformou”. Então a gente acredita que esse cara veio com um um: genzinho da BONDADE de, sabe, de... mas a maioria, eles têm muita maldade dentro deles.

A fala do professor acima reproduzida é uma narrativa sobre um dos alunos que teria passado pela instituição socioeducativa em que a pesquisa foi realizada. Embora o aluno seja construído favoravelmente por seu professor, a história contada por João é usada para exemplificar uma tese segundo a qual alguns meninos vêm com “a bondade” como característica genética, e por isso são capazes de superar as dificuldades rumo à “ressocialização”. Por acarretamento, o professor parece sugerir que criminalidade se equaciona com “maldade”, e esta seria uma característica genética. O professor parece estar se afiliando, portanto, a um sistema de coerência biologizante acerca da criminalidade, e são as relações de causa e efeito construídas na história sobre “Mãozinha” os subsídios para sustentar essa interpretação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo, passeamos por três abordagens de análise de discurso, procurando explicitar, resumida e simplificada, as principais bases que as constituem, bem como alguns dos caminhos de pesquisa abertos por elas. Na tradição enunciativa, na qual não há uma prevalência de *corpora* específicos, o objetivo é compreender, por meio da materialidade linguística, como se dá a produção social de sentidos por sujeitos historicamente situados, possibilitando que se identifique de que

⁵ O excerto discursivo reproduzido nesta seção foi consideravelmente simplificado de modo a apagar as marcas típicas de transcrição que poderiam eventualmente prejudicar a legibilidade daqueles não familiarizados com as convenções da área. Para a versão original, remetemos à dissertação de mestrado da autora (Vitoriano, 2015).



modo sujeitos com lugares sociais diversos são apresentados nos textos pesquisados. A análise crítica de discurso, com foco voltado para corpora midiáticos e institucionais, autoriza o pesquisador a realizar exercícios analíticos que procuram identificar assimetrias representacionais e desequilíbrios na distribuição de poder na tentativa de transformá-los em favor de práticas sociais e discursivas mais justas e igualitárias. Por fim, a revisão de alguns desdobramentos das teorias interacionistas permitiu vislumbrar um enfoque analítico voltado para práticas cotidianas e institucionais de fala em interação. Nessa visada, foi possível apresentar um conjunto de teorizações preocupado em demonstrar como o sentido do que dizemos e fazemos na vida cotidiana se relaciona a rótulos identitários e questões socioculturais. Em todos os casos, ainda que de maneira sumária, procuramos destacar especificamente a temática étnico-racial.

Naturalmente, muitas outras abordagens discursivas ficaram de fora deste breve mapeamento. A análise discursiva inspirada na obra de D, Charaudeau (2006, 2006a), a análise crítica multimodal proposta por Kress e van Leeuwen (1996), a análise da conversa etnometodológica (Garcez, 2008) e a chamada nova pragmática (Silva *et al.* 2014) são apenas alguns exemplos de caminhos ainda a desbravar àqueles interessados em se aprofundar nas relações entre os estudos da linguagem e os sociais.

Ao fim e ao cabo, o que todas as perspectivas nos ensinam é que usar a linguagem é tomar parte em um diálogo. Real, imaginado ou abstrato, esse diálogo sempre nos obriga a tomar uma posição e, assim, quase sempre sem muita consciência disso, entrar em uma disputa. Analisar discurso, no mínimo, nos torna conscientes dessas disputas e nos instrumentaliza tanto para a descrição e divulgação dos embates sobre o sentido, quanto para a ação política de desconstrução de práticas injustas. Este artigo é um convite para que nos ocupemos disso.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luciano e CARVALHO, Marco. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BAPTISTA, Ronaldo *Da Pastoral Afro-Brasileira à Campanha da Fraternidade de 1988: uma análise discursiva das questões raciais no interior da Igreja Católica*. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais), CEFET-RJ, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

BASTOS, Líliliana C. e BIAR, Liana de A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *Delta*, n.31 especial, 2015. p. 97-126.

BIAR, Liana. Desvio e estigma: caminhos para uma análise discursiva. *Calisdoscópio*, vol. 13, n. 1, 2015. p. 113-121.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

DAHER, Del Carmen. A análise do discurso e o ensino de espanhol língua estrangeira. In: FREITAS, L.M.A. (org.). *Estudos Hispânicos*. Língua, Literatura, Ensino, Pesquisa. Rio de Janeiro: APEERJ, 2009.

FRUTUOSO, Adelcides. *Questões étnico-raciais no ensino de filosofia: análise de livro didático*. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais), CEFET-RJ, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

GARCEZ, Pedro de M. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: L.L. LODER; N. JUNG (orgs.), *Fala-em-interação social: uma introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas, Mercado de Letras, 2008.

GIORGI, Maria Cristina. Espanhol no Ensino Médio: um olhar discursivo. In: FREITAS, L.M.A. (org.). *Estudos Hispânicos*. Língua, Literatura, Ensino, Pesquisa. Rio de Janeiro: APEERJ, 2009.

GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B.T. e GARCEZ, P.M. (orgs.). *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2002 [1964].

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1988 [1963].

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, Branca Telles e GARCEZ, P. (orgs.). *Sociolinguística Interacional*. São Paulo, Edições Loyola, 2002 [1982].

GUMPERZ, J. The linguistic and cultural relativity of conversational inference. In: GUMPERZ, J e LEVINSON, S. (eds.). *Rethinking linguistic relativity*. New York: Cambridge University Press, 1999.

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidade e Mediações Culturais. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

KRESS, Gunther e VAN LEEUWEN, Theo. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London: Routledge. 1996.

LABOV, W. e WALETSKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (ed.). *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington, 1967.

LABOV, W. *Language in the Inner City*. Philadelphia: U. of the Pennsylvania Press, 1972.

LINDE, C. *Life Stories*. The creation of coherence. New York, Oxford University Press, 1993.

MELO, Iran. Análise do discurso e Análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, v. 5, n.11, 2009.

PAIVA, Maria Vitória. *Se é negro é suspeito, se é suspeito é negro: uma análise discursiva da produção de suspeita em notícias da Folha de S. Paulo*. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais), CEFET-RJ, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

ROCHA, Décio. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, 2014, p. 619-632.

_____. DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e Análise do discurso: o linguístico e seu entorno. IN: DELTA. *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. São Paulo, v. 22, n.1, 2006, p. 29-52.

SANT´ANNA, Vera. Lúcia *Mercosul em notícia: uma abordagem discursiva do mundo do trabalho*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), PUC, SP, 2000.

SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Cambridge: Blackwell, 1994.

SILVA, Daniel *et al.* (orgs.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.

VAN DIJK, T. (org.) *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

VITORIANO, Cristiane. *Aqui na escola é assim: explorando o contexto socioeducativo*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

*Recebido em julho de 2015
Aprovado em setembro de 2015*